

Respeito a Brasília

A recuperação da imagem do Congresso depende de inúmeros fatores, como, por exemplo, a necessidade de exercer suas atribuições com independência e sem qualquer receio. A medida em que for assumindo os poderes estabelecidos na nova Constituição irá, naturalmente, credenciando-se perante a sociedade, atualmente muito descrente do Legislativo.

Há no Congresso essa intenção, porém concretizá-la não é fácil. Desde que tomou posse como presidente do Senado, consequentemente do Congresso, o senador Nelson Carneiro (PMDB/RJ) está pretendendo criar Comissões Mistas para elaborarem as leis complementares e ordinárias exigidas pela Constituição. Não o conseguiu porque os líderes partidários, da Câmara e do Senado, ainda não indicaram seus representantes.

Lamentável, também, a demora na aprovação do novo Regimento. O do Senado tem sido discutido exaustivamente pela Mesa, no entanto está parado na Comissão de Justiça e seu relator, senador Fernando Henrique Cardoso (PSDB/SP), dificilmente apresentará seu parecer antes de meados de março. Essa demora é altamente prejudicial, pois muitas alterações interessantes, como a revogação da exigência de sessão secreta para apreciação dos ministros de tribunais superiores, estão pendentes.

Outra consequência danosa está sendo a paralisação da Comissão de Fiscalização do Senado, onde tramitam processos da

maior gravidade, como a compra de apartamentos pelo Ministério da Previdência, as irregularidades na Sudepe e o referente às exportações de açúcar. Fiscalizar é a função primordial do Parlamento e essa Comissão, presidida com brilho pelo senador Carlos Chiarelli (PFL/RS), não pode ter suas atividades interrompidas.

A questão da Comissão do Distrito Federal, existente apenas no Senado, tem de ser definida logo. A informação de que o Governo se opõe a que o senador Maurício Corrêa (PDT/DF) seja o seu presidente mereceu correta e firme reação dos parlamentares brasileiros, que não aceitam a designação de senador de outro Estado para presidir-la. Essa interferência indébita — o Executivo dizendo quem pode ser o quê no Legislativo — tem de ser repelida para que haja efetiva independência dos Poderes.

Na última sessão do ano passado, o Senado votou, às pressas, vários projetos de interesse dos brasileiros, sem que tivessem sido devidamente analisados e discutidos, como acentuou, na ocasião, o senador Pompeu de Souza (PSDB/DF). Esta é a função da Comissão do Distrito Federal, que não pode ser apenas homologatória das propostas governamentais. Aceitar o veto do Placeto ao senador Maurício Corrêa será uma redução de poder, com a qual não concordaram, com altivez, os deputados brasileiros. O Senado não pode aceitar a imposição; se o fizer ficará muito mal perante a cidade.